



A LITERATURA COMO EPITÁFIO E O TRAUMA DO DESAPARECIMENTO TRANSMITIDO COMO HERANÇA

Táscia Oliveira Souza (UFJF)¹

RESUMO: Os trabalhos da Comissão Nacional da Verdade, realizados entre 2012 e 2014, suscitaram diversas reflexões sobre a maneira como o Brasil confronta os traumas deixados pelo período ditatorial. E três casos particulares, citados pela CNV, encontraram na literatura uma forma de lidar com a dor e o impedimento de um luto que se mantém incompleto: *K.: Relato de uma busca*, de B. Kucinski, lançado em 2011; *Antes do passado: O silêncio que vem do Araguaia*, de Liniane Haag Brum, publicado em 2012; e *Ainda estou aqui*, de Marcelo Rubens Paiva, datado de 2015. É sob o ponto de vista da relação entre memória, história e esquecimento, segundo os conceitos de Paul Ricœur, e das discussões sobre memória individual, conforme Henri Bergson, e memória coletiva, de acordo com Maurice Halbwachs, que se pretende traçar uma análise comparativa das três narrativas, que têm em comum o fato de os corpos das vítimas jamais terem sido entregues às famílias. A proposta é abordar a transmissão familiar e intergeracional do trauma provocado pelo desaparecimento e a maneira como a literatura escrita por familiares de desaparecidos políticos inscreve-se, nesses casos, como uma espécie de epitáfio para lápides ainda hoje inexistentes.

Palavras-chave: Memória. Trauma. Luto. Transmissão.

Os trabalhos da Comissão Nacional da Verdade, realizados entre 2012 e 2014, juntamente com o marco histórico dos 50 anos do golpe civil-militar de 1964 — completados no ano de encerramento das investigações da comissão —, suscitaram diversas reflexões sobre a maneira como o Brasil confronta os traumas deixados pelo período ditatorial.

Entre esses traumas estão os sofrimentos individuais e familiares que persistem ao longo de décadas em razão da ausência de informações a respeito de episódios e de circunstâncias metaforicamente soterradas pelo regime, ao passo que os corpos de mortos, assassinados pelo Estado ou com sua conivência, permanecem sem sepultura.

¹ Doutoranda em Estudos Literários do Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Federal de Juiz de Fora, com pesquisa desenvolvida com o auxílio da Capes e do Programa de Doutorado Sanduíche no Exterior, cursado de setembro de 2015 a maio de 2016 na Université Paris-Diderot.

Três casos particulares, citados pela Comissão Nacional da Verdade, encontraram também na literatura uma forma de lidar com a dor e o impedimento de um luto que se mantém incompleto: *K.: Relato de uma busca*, de B. Kucinski, lançado em 2011; *Antes do passado: O silêncio que vem do Araguaia*, de Liniane Haag Brum, publicado em 2012; e *Ainda estou aqui*, de Marcelo Rubens Paiva, do ano passado.

No primeiro, B. Kucinski, numa narrativa que mistura memória e elementos ficcionais, relata a procura de seu pai, o K. do título, pelo corpo da filha Ana Rosa Kucinski, militante da Aliança Nacional Libertadora sequestrada, presa, torturada e assassinada pelas forças da repressão. No segundo, Liniane Haag Brum tenta refazer os passos de seu tio, Cilon Cunha Brum, no Araguaia e desvendar as circunstâncias da morte do guerrilheiro, assassinado pelas forças armadas brasileiras. No terceiro, Marcelo Rubens Paiva reconstrói suas recordações acerca da prisão, assassinato e desaparecimento do pai, o ex-deputado Rubens Paiva, ao mesmo tempo em que discute a temática da memória a partir do sofrimento provocado pelo estado atual da mãe, Eunice Paiva, vítima do Mal de Alzheimer. A doença, aliás, já havia sido usada como metáfora por Kucinski, no prefácio de *K.*, ao expor o “Alzheimer coletivo” que vitima a sociedade brasileira em relação aos crimes cometidos pela ditadura.

É sob o ponto de vista da relação entre memória, história e esquecimento, segundo os conceitos de Paul Ricœur, e das discussões sobre memória individual, conforme Henri Bergson, e memória coletiva, de acordo com Maurice Halbwachs, que tenho trabalhado para traçar uma análise comparativa das três narrativas, que têm em comum o fato de os corpos das vítimas jamais terem sido entregues às famílias. A proposta é abordar a transmissão familiar e intergeracional do trauma provocado pelo desaparecimento e a maneira como a literatura escrita por familiares de desaparecidos políticos inscreve-se, nesses casos, como uma espécie de epitáfio para lápides ainda hoje inexistentes.

Gilles Deleuze (2006, p.170), no livro *A lógica do sentido*, ao retomar os conceitos estoicos de tempo, considera que há dois tipos de relação temporal: a primeira, Cronos, é logicamente a cronológica, que pressupõe a existência de um presente concreto incrustado no meio do caminho entre passado e futuro, sendo que, neste caso, portanto, só o presente existe; a segunda, Aion, é, ao contrário, aquela na

qual somente o passado e o futuro insistem ou subsistem no tempo. Retomar esse tempo insistente, portanto, requer o cuidado da dupla percepção passado-presente esquematizada por Henri Bergson em seu cone de memória, em que o presente muda o olhar sobre o passado e o passado interfere nas ações presentes. Nada mais é do que o conceito bergsoniano de duração: o tempo é o passado vivo no presente e “quanto mais tento recordar uma dor passada, tanto mais tendo a experimentá-la realmente” (BERGSON, 1990, p.111-12).

Na perspectiva do Aion deleuziano (2006, p.170), a recuperação de narrativas de traumas e perdas proporcionada por comissões da verdade como a brasileira, mas também por experiências literárias como *K.*, *Antes do passado* e *Ainda estou aqui*, representam essa insistência do passado sobre o presente e, conseqüentemente, também sobre o futuro. Isso foi expresso por Gaston Bachelard, em seu *A dialética da duração*, quando ele diz que: “Sem a consciência dos erros eliminados, não há verdadeira certeza quanto ao sucesso de uma ação de destreza. O tempo pensado ganha, então, prioridade sobre o tempo vivido e a dialética das razões de hesitação se transforma numa dialética temporal.” (1988, p.70) Dito de outra maneira, conforme Paul Ricœur, no texto *O perdão pode curar?*,

Certamente, os factos passados são inapagáveis: não podemos desfazer o que foi feito, nem fazer com que o que aconteceu não tenha acontecido. Mas ao invés, o sentido do que nos aconteceu, quer tenhamos sido nós a fazê-lo, quer tenhamos sido nós a sofrê-lo, não está estabelecido de uma vez por todas. Não só os acontecimentos do passado permanecem abertos a novas interpretações, como também se dá uma reviravolta nos nossos projectos, em função das nossas lembranças, por um notável efeito de “acerto de contas”. O que do passado pode então ser mudado é a carga moral, o seu peso de dívida, o qual pesa ao mesmo tempo sobre o projecto e sobre o presente (RICŒUR, 2005, p.36).

É exatamente esse trabalho de rememoração que, segundo ele, impele o ser humano ao sentido do perdão. Antes da Comissão da Verdade no Brasil, já existia a Comissão de Anistia, que é um órgão do Estado brasileiro ligado ao Ministério da Justiça composto por ao menos 20 conselheiros, em sua maioria agentes da sociedade civil ou professores universitários, sendo um deles indicado pelas vítimas e outro pelo Ministério da Defesa. Ela foi criada em 2001 com o objetivo de reparar moral e economicamente as vítimas de atos de exceção, arbítrio e violações aos direitos

humanos cometidos entre 1946 e 1988, os anos das duas últimas constituições democráticas. Quando a Comissão da Verdade foi instaurada, a Comissão de Anistia já havia declarado 35 mil pessoas “anistiadas políticas” e contava com mais de 70 mil pedidos de anistia protocolados, de acordo com o livro *Caravanas da Anistia: o Brasil pede perdão*, publicado em 2012. Mas o que representa isso diante da herança indelével deixada pelos crimes de sequestro, tortura, assassinato e ocultação de cadáver que marcaram famílias como a de B. Kucinski, Marcelo Rubens Paiva e Liniane Haag Brum?

Quando Halbwachs discute a questão da memória coletiva, ele diz que

(...) se a memória coletiva tira sua força e sua duração do fato de ter por suporte um conjunto de homens, não obstante eles são indivíduos que se lembram, como membros do grupo. Dessa massa de lembranças comuns, e que se apóiam uma sobre a outra, não são as mesmas que aparecerão com mais intensidade para cada um deles. Diríamos voluntariamente que cada memória individual é um ponto de vista sobre a memória coletiva, que este ponto de vista muda conforme o lugar que ali eu ocupo e que este lugar mesmo muda segundo as relações que mantenho com outros meios (HALBWACHS, 1990, p.51).

Assim, esses três romances tratam justamente de uma coexistência entre memórias individuais e coletivas, traumas individuais e coletivos, lutos individuais e coletivos, sendo que “coletividade” abrange ainda dois aspectos: o da família e o da sociedade.

Em 2011, 37 anos após o assassinato e desaparecimento de Ana Rosa Kucinski, seu irmão, o jornalista Bernardo Kucinski, publicou o romance *K.*, na qual ele relata, como eu já disse, a busca de seu pai, um judeu-polonês fugido da Europa, pelo corpo da filha desaparecida. O livro é uma mistura de gêneros híbridos, incluindo a autoficção (ficção aqui, não como uma fábula, mas na concepção de Doubrovsky de dar uma feição à vida, transformá-la, interpretá-la e atribuir-lhe significado), o testemunho e a narrativa de filiação.

No romance, o trauma é perceptível mesmo na ausência. Kucinski diz pouco sobre Ana Rosa no livro. Em vez disso, ele se concentra na figura paterna, na fusão entre testemunho e filiação. Em primeiro lugar, ele atribui ao pai, na ficção, ações que, na vida, tinham sido realizadas não apenas por esse pai, mas por outras pessoas, entre as

quais o próprio autor. Por outro lado, é precisamente por dar força a essa figura paterna, em que ele concentra sofrimentos que eram de toda a família, que Kucinski faz no romance um resgate de sua própria herança judaica — apesar de nem o personagem nem o autor encontrarem possíveis consolos na religião. Pelo contrário, como se trata de uma visão trágica, não há compensação possível. Ao invés disso, o personagem do pai também concentra toda a culpa por causa do desaparecimento, a partir de uma relação muito clara com *O Processo* de Kafka.

Sobre *Ainda estou aqui*, novamente há, no romance, uma mistura de gêneros, incluindo relato de infância, testemunho e narrativa de filiação. Mas, diferentemente de Kucinski, Marcelo Rubens Paiva não se exclui da narrativa. Quando descreve, por exemplo, a invasão de sua casa no Rio de Janeiro pelos soldados que prenderam seus pais, ele faz isso sob o ponto de vista do menino que ele era na época. Também diferentemente de *K.*, não é o pai a figura central do romance, mas a mãe. A partir da doença dela é que a memória se torna a questão principal do livro. Afinal, é simbólico que, em uma família privada do direito à memória durante décadas, seja precisamente a falta de memória o sofrimento que persista hoje.

Por fim, acerca de *Antes do passado*, é importante comentar que Liliane Haag Brum tinha apenas poucos meses de idade quando seu tio e padrinho, Cilon Cunha Brum, foi visto pela família pela última vez, no batizado dela. Depois disso, ela cresceu em meio ao silêncio da família sobre a militância política, a participação na guerrilha do Araguaia e o desaparecimento dele, porque o medo da repressão fazia aquele ser um assunto proibido. Demorou mais de 30 anos até que ela decidisse viajar de São Paulo para o Araguaia buscando pistas para resolver o vazio de perder alguém que ela nunca conheceu realmente, mas cuja ausência e o sofrimento causado por essa ausência lhe foram transmitidos pela família.

O livro mistura o que os franceses chamam de *écrits d'enquête* (de investigação) com narrativa de transmissão. Há ainda um jogo de palavras que só é possível no francês: *écrits d'enquête* e *écrits d'une quête* (de uma busca). No texto, Liniane funde sua própria busca a cartas escritas para sua avó falecida. Essas cartas podem ser interpretadas como um processo de ficcionalização, uma vez que a avó nunca as recebeu, mas também podem ser entendidas como uma necessidade de quebrar o

silêncio da família sobre o assunto. Além disso, embora a busca seja pela história do tio, a percepção de filiação está presente o tempo todo, porque tanto o pai quanto a avó são personagens aos quais a autora constantemente retorna ou para realçar pequenas vitórias — como quando o pai, na década de 1990, finalmente consegue o atestado de óbito do irmão — ou para lamentar tudo o que deixou de ser dito.

De acordo com Laurent Demanze (2008), as narrativas de filiação se enraízam numa ferida, uma fissura entre um testemunho que foi impedido e uma espécie de oferenda aos antepassados. Para ele, o escritor contemporâneo busca vestígios apagados de um passado desaparecido, como se alguma coisa inacabada e atrasada assombrasse o tempo presente. Essa questão é potente e pulsante nos três romances, nos quais há sempre um parentesco problemático: não uma busca direta pelos ascendentes, mas uma busca por algo que falta sobre eles. Em *K.*, Kucinski problematiza o sentimento de culpa do pai, que é também um sentimento de culpa do próprio autor. Em *Ainda estou aqui*, o título tenta reverter duas ausências: tanto a do pai quanto a ausência psíquica da mãe quando a memória lhe escapa. Em *Antes do passado*, como mencionei antes, o conflito não é apenas o desaparecimento do tio, mas o silêncio de toda a família, sobretudo do pai e da avó.

No livro *Les fables du deuil*, Carine Trevisan (2015) cita o texto “Melancolia da linguagem”, de J.-B. Pontalis, no qual o autor transforma o trabalho de luto definido por Freud em uma metáfora do trabalho da língua e, conseqüentemente, do trabalho literário. Nos três romances aqui abordados há um intervalo de tempo de três a quatro décadas desde o momento da perda da família e o instante da escrita sobre o trauma. A dificuldade de transcrever em palavras a dor está relacionada a essa “melancolia da linguagem”: de um lado, a incapacidade de expressar um trauma muito profundo em palavras; de outro, os anos de silêncio e de um luto incompleto e impedido que impelem à necessidade da literatura como um epitáfio. No entanto, nos três livros, a escrita ainda é fragmentada, quase como se os capítulos fossem pequenos contos ou crônicas, mostrando que, apesar da decisão de escrever, ainda existem informações, memórias e palavras que faltam.

Essa dificuldade narrativa é claramente visível também nas diferenças entre os romances. Dos três, *K.* é o de linguagem mais dura, quase fria, e o único narrado em

terceira pessoa (a não ser pelo prólogo e pelo epílogo), algo que pode ser explicado pela proximidade entre o autor e o momento do próprio evento traumático, o que torna ainda mais difícil a expressão de uma dor que ainda é demasiadamente presente. Por sua vez, a prosa de Liniane é quase ingênua, infantil, porque até mesmo como adulta, a ausência do tio permanece no inconsciente como um tema que diz respeito à infância. E também porque, como o assunto foi muitas vezes silenciado, ela parece ter de recorrer sempre a eufemismos, sem encontrar palavras duras o suficiente para a brutalidade do assunto. Já Marcelo Rubens Paiva narra sua história a partir da perspectiva da criança que, na época, não entendia completamente a violência do que estava acontecendo ou, em outros momentos, como o adulto que lamenta a perda de memória da mãe como se fosse outro sintoma de uma memória coletiva que foi negada à família e também à sociedade brasileira.

Recorrendo mais uma vez a conceitos de Ricœur (2000), para enfrentar décadas de memórias impedidas e manipuladas, *K., Antes do passado e Ainda estou aqui* assumem para si não propriamente um dever de memória como memória obrigada, mas um trabalho de luto e rememoração que tente — ainda que nem sempre consiga — diminuir a sensação de injustiça. Uma escrita que seja, ao mesmo tempo, homenagem e lamento.

Referências

BACHELARD, Gaston. *A dialética da duração*. Trad. Marcelo Coelho. São Paulo: Ática, 1988.

BERGSON, Henri. *Matéria e memória: ensaio sobre a relação do corpo com o espírito*. Trad. Paulo Neves da Silva. São Paulo: Martins Fontes, 1990.

BRUM Liniane Haag. *Antes do passado: o silêncio que vem do Araguaia*. Porto Alegre: Arquipélago, 2012.

DELEUZE, Gilles. *A lógica do sentido*. Trad. Luiz Roberto Salinas Fortes. 4.ed. São Paulo: Perspectiva, 2006.

DEMANZE, Laurent. Récit de filiation. In: _____. *Encres orphelines*. Paris: Corti, 2008.

HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. Trad. Laurent Léon Schaffter. São Paulo: Vértice, 1990.

KUCINSKI, Bernardo. *K.: Relato de uma busca*. São Paulo: Cosac Naify, 2014.

PAIVA, Marcelo Rubens. *Ainda estou aqui*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2015.

RICŒUR, Paul. O perdão pode curar? Trad. José Rosa. In: HENRIQUES, Fernanda (org.). *Paul Ricœur e a simbólica do mal*. Porto: Afrontamento, 2005, p.35-40.

_____. *La mémoire, l'histoire, l'oubli*. Paris: Seuil, 2000.

TREVISAN, Carine. *Les fables du deuil — La grande guerre: Mort e écriture*. Paris: PUF, 2015, Kindle edition.